

**DMT - Termo de Referência e Anexos**

Processo nº **23114.904735/2024-16**

Interessado: **@nome\_interessado@**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA - CAMPUS FLORESTAL**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**PREGÃO Nº 90011/2024**

(Processo Administrativo n.º 23114.904735/2024-16)

**1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

**1.1 Aquisição de materiais de escritório** necessários para realização de cursos de Segregação e coleta de Material Reciclável ofertados pela Secretaria do Qualifica Cedaf, por meio do projeto Mulheres Mil, nos termos da tabela do Apêndice I do Termo de Referência – Especificações Gerais, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

**1.2** A descrição complementar dos itens encontra-se no Apêndice I do Termo de Referência – Especificações Gerais.

**1.3** Havendo divergência entre a descrição vinculada ao código CATMAT/SERPRO e a descrição detalhada do Apêndice I – Das especificações, prevalece a deste último.

**1.4** Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

**1.5** O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

**1.6** O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados da publicação do resultado no PNCP, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133,

**1.7** O contrato ou instrumento equivalente oferecerá maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

**2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

**2.1** A Fundamentação da Contratação e os quantitativos por item encontram-se pormenorizados nos Apêndices I e II do Termo de Referência.

**2.2** O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2024, conforme detalhamento no Apêndice II – Termo de Referência – Estudo Técnico Preliminar.

**3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO  
ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO**

**3.1** A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudo Técnico Preliminar, apêndice II deste Termo de Referência.

#### **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

**4.1** Os requisitos da contratação encontram-se pormenorizados em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice II deste Termo de Referência.

##### **4.2** Sustentabilidade:

**4.2.1** Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os requisitos previstos em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice II deste Termo de Referência, e que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

##### **4.3** Indicação de marcas ou modelos ([Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

**4.3.1** Na presente contratação somente será admitida a indicação das marcas, características ou modelos como parâmetro de referência para melhor compreensão do objeto, como parâmetro de qualidade, nos casos de padronização ou compatibilidade com outras plataformas ou padrões adotados pela Administração, sempre de acordo com as justificativas contidas nos Estudo Técnico Preliminar, apêndice II deste Termo de Referência

**4.3.2** Os itens, os requisitos e as respectivas marcas, características ou modelos estão previstos em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice II deste Termo de Referência.

##### **4.4** Da exigência de amostra

**4.4.1** Não serão exigidas amostras ou prova de conceito para os itens desta contratação, de acordo com as justificativas contidas nos Estudo Técnico Preliminar, apêndice II deste Termo de Referência

##### **4.5** Da exigência de carta de solidariedade

**4.5.1** Em caso de fornecedor revendedor ou distribuidor, não será exigida carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, visto se tratar de itens comuns de pronta entrega, conforme justificativas contidas nos Estudo Técnico Preliminar, apêndice II deste Termo de Referência.

##### **4.6** Subcontratação

**4.6.1** Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

##### **4.7** Garantia da contratação

**4.7.1** Não haverá exigência da garantia da contratação dos [artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#), pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar, apêndice II deste Termo de Referência.

#### **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

##### **5.1** Condições de Entrega

**5.1.1** O prazo de entrega dos bens é de 15 (quinze) dias, contados do recebimento da nota de empenho, em remessa única.

**5.1.2** Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 10 (dez) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

**5.1.3** Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Almoxarifado do Campus UFV-Florestal, situado na Rod. LMG 818, KM 06, S/N – Campus Universitário, CEP: 35.690-000, na cidade de Florestal – MG.

**5.1.4** No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 12 meses do prazo total recomendado pelo fabricante.

##### **5.2** Garantia, manutenção e assistência técnica

**5.2.1** O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)

#### **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

**6.1** Em substituição ao termo de contrato, conforme disposto no inciso II, art. 95, da Lei 14133, de 2021, será emitida Nota de Empenho a favor do adjudicado, após a publicação do resultado da licitação e depois de transcorrido prazo sem interposição de recurso.

**6.2** O adjudicatário terá o prazo de 2 (dois) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

**6.3.** O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica o reconhecimento de que:

**6.3.1** A referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei 14133, de 2021,

**6.3.2** A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

**6.3.3** A contratada reconhece que as hipóteses de extinção são aquelas previstas nos artigos 137 e 138, da Lei 14133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos no artigo 139 da mesma Lei.

**6.3.4** O prazo de vigência da contratação segue o previsto no item 1.6 deste termo de referência.

**6.3.5** A execução do contrato poderá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato ou fiscal administrativo, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)) e/ou por pessoa designada pelo ordenador para esse acompanhamento.

**6.3.6** O fiscal administrativo e/ou do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

## **7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

### **7.1 Recebimento**

**7.1.1** Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

**7.1.2** Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

**7.1.3** O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

**7.1.4** Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 5 (cinco) dias úteis.

**7.1.5** O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

**7.1.6** No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

**7.1.7** O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

**7.1.8** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela

segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## **7.2 Liquidação**

**7.2.1** Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

**7.2.2** O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

**7.2.3** Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

**7.2.3.1** o prazo de validade;

**7.2.3.2** a data da emissão;

**7.2.3.3** os dados do contrato e do órgão contratante;

**7.2.3.4** o período respectivo de execução do contrato;

**7.2.3.5** o valor a pagar; e

**7.2.3.6** eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

**7.2.4** Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

**7.2.5** A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

**7.2.5.1** A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

**7.2.5.2** Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

**7.2.5.3** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

**7.2.5.4** Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

**7.2.5.5** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

## **7.3 Prazo de pagamento**

**7.3.1** O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).

**7.3.2** No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IGP-M de correção monetária.

**7.3.3** Forma de pagamento

**7.3.3.1** O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

**7.3.3.2** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**7.3.3.3** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

**7.3.3.4** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**7.3.3.5** O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

#### **7.3.4 Antecipação de pagamento**

**7.3.4.1** A presente contratação não permite a antecipação de pagamento, pois pela caracterização do objeto como comum, simples de serem adquiridos no mercado não se demonstrou nos autos que a antecipação do pagamento é, alternativamente viável, ou condição indispensável para a obtenção do bem, ou que propicie sensível economia de recursos (art. 145, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021).

#### **7.4 Cessão de crédito**

**7.4.1** É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na [Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020](#), conforme as regras deste presente tópico.

**7.4.2** As cessões de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020 dependerão de prévia aprovação do contratante.

**7.4.3** A eficácia da cessão de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

**7.4.4** Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme [o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#), nos termos do [Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020](#).

**7.4.5** O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos)

**7.4.6** A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

### **8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO**

#### **8.1 Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

**8.1.1** O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO global (para o grupo 1) e menor preço por item, para o item 1, que será adjudicado de forma

individual.

**8.1.2** Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

**8.1.2.1** Valor Global: R\$ 1.873,71 (mil e oitocentos e setenta e três reais e setenta e um centavos).

**8.1.2** Valores unitários: conforme tabela constante no Apêndice I, deste Termo de Referência.

**8.1.3** As regras de desempate entre propostas serão discriminadas no edital.

**8.1.4** O modo de disputa a ser adotado será **ABERTO** sendo adequado e suficiente para permitir a ampliação da competição entre os licitantes e permitindo eficiência na identificação do resultado mais vantajoso para a contratação.

**8.2** Forma de fornecimento

**8.2.1** O fornecimento do objeto será integral e imediato a partir do recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

**8.3** Exigências de habilitação

**8.3.1** Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

**8.3.1.1** Habilitação jurídica

**8.3.1.1.1** Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

**8.3.1.1.2** Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

**8.3.1.1.3** Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

**8.3.1.1.4** Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**8.3.1.1.5** Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

**8.3.1.1.6** Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**8.3.1.1.7** Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

**8.3.1.1.8** Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

**8.3.1.1.9** Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do [art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021](#).

**8.3.1.1.10** Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da [Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009](#) (arts. 17 a 19 e 165).



**8.3.1.2** Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **8.3.1.2 Habilitação fiscal, social e trabalhista**

**8.3.1.2.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;**

**8.3.1.2.2** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

**8.3.1.2.3** Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

**8.3.1.2.4** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

**8.3.1.2.5** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

**8.3.1.2.6** O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

#### **8.3.1.3 Qualificação Econômico-Financeira**

**8.3.1.3.1** Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação ([art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021](#)), ou de sociedade simples;

**8.3.1.3.2** Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#));

#### **8.3.1.4 Qualificação Técnica**

**8.3.1.4.1** Não serão exigidos comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação por se tratar de aquisição de objeto comum e simples de ser adquirido no mercado.

**8.3.1.4.2** Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

**8.3.1.4.2.1** A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos [arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971](#);

**8.3.1.4.2.2** A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

**8.3.1.4.2.3** A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução contratual;

**8.3.1.4.2.4** O registro previsto na [Lei n. 5.764, de 1971, art. 107](#);

**8.3.1.4.2.5** A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

**8.3.1.4.2.6** Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

**8.3.1.4.2.7** A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o [art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971](#), ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

## **9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

**9.1** O custo estimado total da contratação é de R\$ 1.873,71 (mil e oitocentos e setenta e três reais e setenta e um centavos), conforme custos unitários apostos no Apêndice I deste Termo de Referência.

## **10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**10.1** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

**10.2** A contratação será atendida pelas seguintes dotações:

UG/GESTÃO: 154052/15268

Fonte: 1000000000

Programa de Trabalho: 231009

Elemento de Despesa: 339030

PI: M20RLP19MCN

UG/GESTÃO: 154052/15268

Fonte: 1000000000

Programa de Trabalho: 231013

Elemento de Despesa: 449052

PI: M20RKG19PEN

## **11. INTEGRAM ESTE TERMO DE REFERÊNCIA, PARA TODOS OS FINS E EFEITOS, OS SEGUINTE DOCUMENTOS:**

**11.1** Apêndice I do Termo de Referência – Especificações Gerais.

**11.2** Apêndice II do Termo de Referência - Estudo técnico preliminar

Florestal, 08 de abril de 2024.

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União  
Atualização: dezembro/2023  
Termo de Referência Aquisições – Licitação - Modelo para Pregão Eletrônico  
Aprovado pela Secretaria de Gestão.  
Identidade visual pela Secretaria de Gestão (versão dezembro/2022)



Ordenador de Despesas	Solicitações Constantes neste Processo:	<u>X</u> Aprovado	<u>    </u> Reprovado
	Estudo Técnico Preliminar:	<u>X</u> Aprovado	<u>    </u> Reprovado
	Termo de Referência:	<u>X</u> Aprovado	<u>    </u> Reprovado

Assinaturas Requeridas:

1. Responsável pela elaboração do Documento e /ou Presidente da Equipe de Planejamento.
2. Ordenador de Despesas.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA - CAMPUS FLORESTAL

APÊNDICE I - ESPECIFICAÇÕES GERAIS

Grupo	Item	CATMAT	Descrição CATMAT	Especificações Técnicas complementares	Unidade	Quantidade	Valor Unitário Estimado	Valor Total Estimado
Item autônomo (natureza Permanente)	1	269097	QUADRO FLIP CHART, MATERIAL PERFIL:ALUMÍNIO, MATERIAL FUNDO:MADEIRA, COR FUNDO:BRANCA, REVESTIMENTO:LAMINADO MELAMÍNICO TEXTURIZADO, LARGURA:70 CM, ALTURA:1 M, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:C/ CAVALETE MADEIRA 1,90 M, RODÍZIO E SUPORTE P/ CANETA	Cavalete Flip Chart quadro branco Magnético (para escrita e fixação de blocos de papel e ímãs), tamanho aproximado de 70cm x 100cm, com cavalete de pelo menos 1,45m de altura, com rodas móveis para movimentação do cavalete (com travas). O material do cavalete pode ser madeira, metal ou aço galvanizado, desde que suporte o peso mínimo de 3 kg.	Unidade	2	865,51	1731,02
	2	392220	REFIL TINTA, COR: AZUL, CAPACIDADE: 5,50ML, APLICAÇÃO: PINCEL QUADRO BRANCO	A unidade corresponde a 1 frasco com capacidade mínima de 5,50ml.	Unidade (frasco com capacidade mínima de 5,50ml)	2	5,51	11,02

Grupo 1	3	392221	REFIL TINTA, MATERIAL: TINTA, COR: PRETA, CAPACIDADE: 5,50ML, APLICAÇÃO: PINCEL QUADRO BRANCO	A unidade corresponde a 1 frasco com capacidade mínima de 5,50ml.	Unidade (frasco com capacidade mínima de 5,50ml)	5	5,5	27,5
	4	392222	REFIL TINTA, MATERIAL: TINTA, COR: VERMELHO, CAPACIDADE: 5,50ML, APLICAÇÃO: PINCEL QUADRO BRANCO	A unidade corresponde a 1 frasco com capacidade mínima de 5,50ml.	Unidade (frasco com capacidade mínima de 5,50ml)	2	5,53	11,06
	5	400311	REFIL TINTA, MATERIAL: TINTA, COR: VERDE, CAPACIDADE: 5,50ML, APLICAÇÃO: PINCEL QUADRO BRANCO	A unidade corresponde a 1 frasco com capacidade mínima de 5,50ml.	Unidade (frasco com capacidade mínima de 5,50ml)	2	6,29	12,58
	6	409983	PINCEL QUADRO BRANCO / MAGNÉTICO, MATERIAL: PLÁSTICO, MATERIAL PONTA: FIBRA SINTÉTICA, TIPO CARGA: RECARREGÁVEL, COR: DIVERSAS, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ESCRITA 2MM, PONTA ARREDONDADA.	<p>Pinel Marcador para quadro branco.</p> <p>Especificações:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Ponta redonda traço 2-6mm.</li> <li>- Cores vivas.</li> <li>- Recarregável.</li> <li>- Fácil de apagar.</li> </ul> <p>Indicações: Para escrever e apagar em quadro branco ou Flip chart.</p> <p>ATENÇÃO: SERÃO COMPRADAS 12 UNIDADES EM CORES DIVERSAS:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- 5 marcadores na cor preta, 2 marcadores na cor vermelha, 2 marcadores na cor verde, 2 marcadores na cor azul, 1 marcador na cor amarela ou laranja.</li> </ul>	Unidade	12	6,15	73,8
	7	463120	REFIL TINTA, MATERIAL: TINTA, COR: LARANJA, CAPACIDADE: 5,50ML, APLICAÇÃO: PINCEL QUADRO BRANCO	A unidade corresponde a 1 frasco com capacidade mínima de 5,50ml.	Unidade (frasco com capacidade mínima de 5,50ml)	1	6,73	6,73
								<b>R\$ 1.873,71</b>

APÊNDICE II - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

PREGÃO 90011/2024

ETP DIGITAL Nº 003/2024 - DOC. 1314401)

PROCESSO SEI 23114.904735/2024-16

<b>Órgão:</b> Universidade Federal de Viçosa, Campus Florestal	
<b>Setor Requisitante:</b> Secretaria de Ensino à Distância/Qualifica CEDAF	
<b>Responsável pela demanda:</b> Adilson de Castro Antônio Fabricio Pinheiro Calil	<b>Matrícula UFV/SIAPE:</b> 8521-9 /1546340 1117555 / 11970-9
<b>E-mail:</b> adilson@ufv.br fabriciocalil@ufv.br qualificacedaf@ufv.br	<b>Telefone:</b> 31 3602-1300 (31) 3602-1654 (31) 3602-1299

**ESTUDOS PRELIMINARES PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA REALIZAÇÃO DE CURSOS E OFICINAS PRODUTIVAS DE SEGREGAÇÃO E COLETA DE MATERIAL RECICLÁVEL DO PROJETO MULHERES MIL, NO ÂMBITO DO QUALIFICA CEDAF.**

**1. DESCRIÇÃO E JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA AQUISIÇÃO**

O objeto do presente estudo é a aquisição de materiais diversos necessários para realização de cursos de Segregação e coleta de Material Reciclável, ofertados pela Secretaria do Qualifica Cedaf, por meio do projeto Mulheres Mil.

O objetivo do programa é promover a formação profissional e tecnológica articulada com aumento de escolaridade de mulheres em situação de vulnerabilidade social, e garantir o acesso à educação a essa parcela da população de acordo com as necessidades educacionais de cada comunidade e a vocação econômica da nossa região.

A oferta do curso aqui pretendido, no âmbito do Programa Mulheres Mil, será operacionalizada por meio da iniciativa Bolsa-Formação, prevista no inciso IV do art. 4º da Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011, que instituiu o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – Pronatec, regulamentada na [Portaria MEC nº 1.042, de 21 de dezembro de 2021](#).

A data prevista para início do curso, da primeira turma do curso é 02/05/2024.

Desse modo, para oferta do curso, será necessário a aquisição de materiais básicos, essenciais para realização das aulas práticas. Tais materiais serão especificados no tópico 8 deste estudo.

**2- REQUISITOS DA AQUISIÇÃO**

Os requisitos e exigências mínimas de cada item são especificados na descrição complementar, expressa na tabela de especificações que constará no Termo de Referência.

Para todos os itens, as empresas vencedoras deverão atentar-se aos seguintes aspectos indispensáveis para o fornecimento do objeto:

- proporcionar a entrega dos itens contratados, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e no Termo de Referência;
- observar as disposições constantes no Código de Defesa do Consumidor (Lei no 8.078, de 1990);
- substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo de 10 (dez) dias contados da notificação pelo Contratante, o objeto com avarias, defeitos ou em discordância com as especificações previstas no edital;
- manter-se, durante toda a execução do contrato, compatível com todas as obrigações assumidas, inclusive quanto às condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

Os objetos contratados deverão ser entregues em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade (quando aplicável).

A indicação de marca/modelo de referência, constantes na tabela do Termo de Referência, servirão apenas como parâmetro ou referência para as especificações qualitativas do objeto, para facilitação de sua identificação, devendo ser entendidas como as seguintes expressões “equivalente, similar ou de melhor qualidade”.

Catálogos **PODERÃO** ser solicitados, na etapa de julgamento (fase externa do pregão) para que se conferir o total cumprimento dos critérios mínimos exigidos nas especificações dos itens.

Os itens, objeto da aquisição, **devem ser entregues no prazo de 15 (quinze) dias**, no endereço indicado no Termo de Referência, a partir do recebimento do empenho.

### 3 - LEVANTAMENTO DE MERCADO/ANÁLISE DAS ALTERNATIVAS

O levantamento de mercado foi realizado através de estudos do mercado (considerando a existência de potenciais fornecedores, valores comercializados com cálculo dos fretes de entrega para o endereço do campus).

Foram consultados também os editais e Termos de referência recentes, de licitações realizadas por outros Órgãos, retornadas à pesquisa do Painel de Preços, em licitações semelhantes, buscando a melhor solução para adquirir os itens necessários, de forma mais eficiente, que gere maior produtividade e economia para a Administração.

Os editais consultados, em sua maioria, de pregões SRP, trouxeram à análise maior contribuição para definição de especificações dos itens, que, com certeza gerará a possibilidade de realização das compras de forma mais produtiva, pois tendem a garantir a aquisição de produtos de melhor qualidade, sem aumento significativo dos preços.

As especificações de cada item, complementares à descrição principal do Catálogo de Materiais (catmat), buscam garantir a aquisição de produtos com a melhor qualidade possível, sem direcionamento de marca, uma vez que existem diversos fabricantes que produzem os itens com especificações padronizadas.

O detalhamento dos itens e valores estimados encontram-se no tópico 8 deste Estudo Técnico Preliminar.

Entre as opções analisadas para atender à demanda existente, foi verificado que a solução mais viável é aquisição dos produtos, uma vez que tratam-se de produtos de consumo em que não cabe a alternativa de locação, por exemplo.

A alternativa mais viável, economicamente, para a aquisição é a realização do pregão eletrônico comum (tradicional), já que há a disponibilidade orçamentária, para empenho imediato, com recurso destinados ao curso, no âmbito do Programa Mulheres Mil, que será operacionalizado por meio da iniciativa Bolsa-Formação.

Com a esse procedimento, garante-se a oferta de lances com valor mais baixos, uma vez que os fornecedores já têm conhecimento do quantitativo exato de cada item e podem calcular com precisão os custos finais do produto, considerando o valor do frete para nosso endereço.

Do estudo realizado, destaca-se que:

- por se tratarem de materiais comuns, amplamente comercializados, existe um grande número de fornecedores no mercado nacional;
- não existem restrições legais para a aquisição destes materiais no mercado;

Foram realizadas pesquisas de preços pelos parâmetros I, II e III da IN 65/2021 para verificar a vantajosidade da solução aqui proposta, e empregado o método da média para cálculo do valor estimado para a licitação, conforme detalhado no item 10 deste estudo.

### 4- NORMATIVAS QUE DISCIPLINAM OS SERVIÇOS/BENS A SEREM ADQUIRIDOS

- Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT

### 5- DESCREVENDO A SOLUÇÃO COMO UM TODO

Trata-se da solução, a contratação de fornecedores para a aquisição de materiais de consumo e de natureza permanente, para operacionalização do curso de Segregação e coleta de Material Reciclável do programa Mulheres Mil, demandados pela Secretaria do Qualifica Cedef.

A aquisição mostra-se viável pela modalidade de compra por Pregão eletrônico tradicional e julgamento por Menor Preço, de forma a atender imediatamente a demanda, uma vez que se conhece a demanda real, dos quantitativos necessários de cada item necessário e que há disponibilidade orçamentária, para empenho imediato, com recurso destinados ao curso, no âmbito do Programa Mulheres Mil (que será operacionalizado por meio da iniciativa Bolsa-Formação).

## 6. OBJETO

Aquisição de materiais diversos (permanente e de consumo) necessários para realização de cursos de Segregação e coleta de Material Reciclável ofertados pela Secretaria do Qualifica Cedef, por meio do projeto Mulheres Mil.

Os materiais a serem adquiridos não se enquadram como bens de luxo, nos termos do art. 20, da Lei nº 14.133/2021, de 01 de abril de 2021 e Decreto nº 10.818/2021, de 27 de setembro de 2021, por possuírem qualidade comum, não superior às necessárias para cumprir as finalidades às quais se destinam.

Todos os itens possuem padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, comprovando-se sua natureza comum.

Os itens, objeto dessa aquisição, não são considerados recursos de TIC equipamentos e dispositivos baseados em técnica digital.

A contratação constitui atividade de custeio, observados os limites e instâncias de governança para a contratação de bens, estabelecidos pelo Decreto nº 10.193, de 27 de dezembro de 2019.

## 7 - ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS/ADQUIRIDAS

Como trata-se da primeira turma de oferta deste curso pelo campus, não possuímos uma série histórica de consumo para referência, então as quantidades necessárias de cada material foram estimadas de acordo com a previsão de turmas e programação da grade de aulas pré-definidas pela coordenação do curso.

O quantitativo a ser adquirido foi estimado para atender a oferta do curso para 3 turmas deste curso.

## 8. QUANTITATIVO, ESTIMATIVA DE PREÇOS E REQUISITOS DO MATERIAL

O valor total estimado para aquisição dos itens é de R\$ 1.873,71 (mil e oitocentos e setenta e três reais e setenta e um centavos), conforme discriminado abaixo:

Item	Grupo	CATMAT	Descrição CATMAT	Especificações complementares	Unidade	Quantidade	Valor Unitário Estimado	Valor Total Estimado
1	Item autônomo (natureza Permanente)	269097	QUADRO FLIP CHART, MATERIAL PERFIL:ALUMÍNIO, MATERIAL FUNDO:MADEIRA, COR FUNDO:BRANCA, REVESTIMENTO:LAMINADO MELAMÍNICO TEXTURIZADO, LARGURA:70 CM, ALTURA:1 M, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:C/ CAVALETE MADEIRA 1,90 M, RODÍZIO E SUPORTE P/ CANETA	Cavelete Flip Chart quadro branco Magnético (para escrita e fixação de blocos de papel e ímãs), tamanho aproximado de 70cm x 100cm, com cavelete de pelo menos 1,45m de altura, com rodas móveis para movimentação do cavelete (com travas). O material do cavelete pode ser madeira, metal ou aço galvanizado, desde que suporte o peso mínimo de 3 kg.	Unidade	2	865,51	1731,02

2	Grupo 1	392220	REFIL TINTA, COR: AZUL, CAPACIDADE: 5,50ML, APLICAÇÃO: PINCEL QUADRO BRANCO	A unidade corresponde a 1 frasco com capacidade mínima de 5,50ml.	Unidade (frasco com capacidade mínima de 5,50ml)	2	5,51	11,02
3	Grupo 1	392221	REFIL TINTA, MATERIAL: TINTA, COR: PRETA, CAPACIDADE: 5,50ML, APLICAÇÃO: PINCEL QUADRO BRANCO	A unidade corresponde a 1 frasco com capacidade mínima de 5,50ml.	Unidade (frasco com capacidade mínima de 5,50ml)	5	5,5	27,5
4	Grupo 1	392222	REFIL TINTA, MATERIAL: TINTA, COR: VERMELHO, CAPACIDADE: 5,50ML, APLICAÇÃO: PINCEL QUADRO BRANCO	A unidade corresponde a 1 frasco com capacidade mínima de 5,50ml.	Unidade (frasco com capacidade mínima de 5,50ml)	2	5,53	11,06
5	Grupo 1	400311	REFIL TINTA, MATERIAL: TINTA, COR: VERDE, CAPACIDADE: 5,50ML, APLICAÇÃO: PINCEL QUADRO BRANCO	A unidade corresponde a 1 frasco com capacidade mínima de 5,50ml.	Unidade (frasco com capacidade mínima de 5,50ml)	2	6,29	12,58
6	Grupo 1	409983	PINCEL QUADRO BRANCO / MAGNÉTICO, MATERIAL: PLÁSTICO, MATERIAL PONTA: FIBRA SINTÉTICA, TIPO CARGA: RECAREGÁVEL, COR: DIVERSAS, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ESCRITA 2MM, PONTA ARREDONDADA.	<p>PinCEL Marcador para quadro branco.</p> <p>Especificações:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Ponta redonda traço 2-6mm.</li> <li>- Cores vivas.</li> <li>- Recarregável.</li> <li>- Fácil de apagar.</li> </ul> <p>Indicações: Para escrever e apagar em quadro branco ou Flip chart.</p> <p>ATENÇÃO: SERÃO COMPRADAS 12 UNIDADES EM CORES DIVERSAS</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- 5 marcadores na cor preta, 2 marcadores na cor vermelha, 2 marcadores na cor verde, 2 marcadores na cor azul, 1 marcador na cor amarela ou laranja.</li> </ul>	Unidade	12	6,15	73,8
7	Grupo 1	463120	REFIL TINTA, MATERIAL: TINTA, COR: LARANJA, CAPACIDADE: 5,50ML, APLICAÇÃO: PINCEL QUADRO BRANCO	A unidade corresponde a 1 frasco com capacidade mínima de 5,50ml.	Unidade (frasco com capacidade mínima de 5,50ml)	1	6,73	6,73

								R\$ 1.873,71
--	--	--	--	--	--	--	--	-----------------

**9. DIVULGAÇÃO DO ORÇAMENTO ESTIMATIVO E/OU JUSTIFICATIVA PARA ORÇAMENTO EM CARÁTER SIGILOSO**

O valor estimado para a licitação poderá ser divulgado, para conhecimento de todos os interessados, não havendo justificativa para uso do caráter sigiloso do orçamento.

**10. METODOLOGIA UTILIZADA PARA ESTIMATIVA DOS CUSTOS**

Para a definição do valor estimado da contratação foram utilizados os parâmetros dos incisos I, II, III, art 5º da IN SEGES/ME nº 65/2021.

Foram priorizadas a consulta aos sistemas oficiais de governo e às contratações similares feitas pela Administração Pública, em conformidade com o artigo 5º, §1º, da IN SEGES/ME nº 65/2021. Nos casos em que não foram encontrados resultados suficientes que atendessem os requisitos I e II, foram feitas no mínimo 3 (três) pesquisas seguindo o incisos III, artigo 5º, da IN SEGES/ME nº 65/2021, nestes casos foram apresentadas as justificativas juntamente aos orçamentos pesquisados (não foram realizadas consultas diretas com fornecedores).

Dentro dos preços coletados, foram desconsiderados aqueles inexecutáveis, inconsistentes ou excessivamente elevados, conforme justificativas apresentadas nos próprios orçamentos pesquisados.

Para cálculo do preço estimado foi empregado o método da média dos valores obtidos na pesquisa de preços, não sendo considerados nos cálculos, valores extremos/destoantes que possam influenciar a média.

A planilha estimativa de custos, constante no doc. 1314396, também especifica a metodologia aplicada no cálculo da estimativa para cada item, bem como, o doc. 1314397, apresenta a nota técnica, com menção às análises críticas relacionadas às pesquisas de preços.

**11- JUSTIFICANDO O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO**



Dos 7 itens demandados para a licitação, 6 necessitam ser adjudicados pelo critério de julgamento de menor preço por grupo: itens 2 a 7. O item 6 depende da compatibilidade dos itens 2, 3, 4, 5 e 7, então, caso licitados pelo critério de adjudicação individual, por itens, decorremos de grande risco de que os refis de tinta não sejam compatíveis com a marca do pincel recarregável licitado no item 6, pois há vários modelos no mercado para fornecimento.

Assim, a agregação destes 6 itens em um grupo, para julgamento da proposta pelo menor preço global do grupo, é essencial para garantir a compatibilidade de uso.

Para o item 1 deste pregão, o parcelamento é tecnicamente viável e economicamente vantajoso, então será licitado de forma autônoma, pelo o critério de julgamento de menor preço por de item, com disputa e adjudicação independente.

Para todos os itens e lote, a participação deverá ser exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, uma vez que o valor de compra não ultrapassa os R\$ 80.000,00 previstos como base e que existe muitos fornecedores enquadrados capazes de atender como fornecimento.

#### **12- CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES**

Não há contratações correlatas e interdependentes para esta licitação.

#### **13. ALINHAMENTO AO PDI/ PCA (IN 5/2017 - ART. 24)**

A aquisição está contemplada no PDI 2024-2029 nos objetivos Estratégicos do Eixo Temático 1: Ensino e Educação a Distância, qual seja:

Objetivo E3: Ampliar as atividades de ensino e de extensão a distância (Coordenação: Coordenadoria de Educação Aberta e a Distância)

A despesa tem adequação com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2024-2029 da Universidade Federal de Viçosa, sendo prevista no PGC sob o número de demanda (DFD) 142/2024. O documento DFD encontra-se anexo ao doc. nº 1314394.

#### **14- RESULTADOS PRETENDIDOS**

Pretende-se com essa licitação a contratação de empresas para fornecimento de materiais de escritório, que são essenciais para realização das aulas práticas do curso que será ofertado pela Secretaria do Qualifica Cedef, por meio do projeto Mulheres Mil.

#### **15- REGISTRO DAS PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS**

O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

- Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo de 10 dias, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

#### **16- POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS**

Com relação aos eventuais impactos ambientais, podemos listar, no tocante ao recebimento e uso dos itens, a geração de resíduos sólidos através do descarte de embalagens secundárias e terciárias, por ocasião do recebimento. Tais impactos deverão ser minimizados através do descarte adequado destes resíduos, de acordo com a legislação e normas técnicas aplicáveis.

#### **17. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE PARA CONTRATAÇÃO/AQUISIÇÃO**

De acordo com a Instrução Normativa SLTI/MPOG n.º 01, de 19 de janeiro de 2010, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, a empresa deverá atender aos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade socioambiental, respeitando as normas de proteção do meio ambiente, tais como:

- I – que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;
- II – que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;
- III – que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e
- IV – que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd) bifenilpolibromados (PBBs), éteres difenil- polibromados (PBDEs).

A empresa deverá reconhecer seu compromisso sócio-ambiental, mantendo-se disponível à fiscalização pelos órgãos responsáveis.

Não é necessário a solicitação de amostras ou prova de conceito para os itens demandados;

Os materiais a serem adquiridos não se enquadram como bens de luxo, nos termos do art. 20, da Lei nº 14.133/2021, de 01 de abril de 2021 e Decreto nº 10.818/2021, de 27 de setembro de 2021, por possuírem qualidade comum, não superior às necessárias para cumprir as finalidades às quais se destinam.

Não deverá haver indicação ou vedação de marcas. As indicações de referência de marca constantes nas especificações complementares de cada item (constantes na tabela do tópico 8), buscam apenas auxiliar os fornecedores quanto às características e qualidade desejadas, visando garantir a aquisição de produtos com a melhor qualidade possível, uma vez que existem diversos fabricantes que produzem os itens com especificações padronizadas.

Para a licitação pretendida não há a necessidade de se exigir garantias de execução de contratos, uma vez que as obrigações dos contratados já serão vinculadas no momento da formalização das propostas, ficando os fornecedores responsáveis e sujeitos às aplicações de todas as sanções aplicáveis, estabelecidas em lei.

Não será necessário a permissão de subcontratações.

#### **18. IMR - ÍNDICE DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS (prestação de serviços)**

Não se aplica para a presente modalidade de compras (não prestação de serviços).

#### **19. Análise de Riscos**

Não se aplica para a presente modalidade de compras (não prestação de serviços).

#### **20. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO**

Diante o estudo elaborado, com a justificativa da necessidade, o levantamento de mercado, os preços referenciais orçados, declaramos viável a contratação pretendida, com fundamento nos princípios da razoabilidade e economicidade, dada sua importância dentro das atividades de ensino e, considerando ainda que a solução escolhida é a mais economicamente viável para o Campus.

#### **21. MEMBROS DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO (requisitantes)**

**Adilson de Castro Antônio**

Matrícula UFV: 8521-9

SIAPE: 1546340

**Fabício Pinheiro Calil**

Matrícula UFV: 1117555

SIAPE: 11970-9



Documento assinado eletronicamente por **ROGÉRIO DUARTE TORRES, Diretor(a)**, em 08/04/2024, às 09:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **ADILSON DE CASTRO ANTONIO, Docente**, em 08/04/2024, às 09:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **FABRICIO PINHEIRO CALIL, Docente**, em 08/04/2024, às 09:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.dti.ufv.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.dti.ufv.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **1314404** e o código CRC **814AC5BA**.

**Referência:** Processo nº 23114.904735/2024-16

SEI nº 1314404

*Campus Viçosa*  
Av. Peter Henry Rolfs, s/nº, *Campus Universitário*  
36570-900 Viçosa/MG

*Campus Florestal*  
Rodovia LMG-818, km 6  
35690-000 Florestal/MG

*Campus Rio Paranaíba*  
Rodovia MG-230, Km 7, Zona Rural, Rodoviário  
38810-000 Rio Paranaíba/MG